



NATURALISTA E POLÍTICO: A TRAJETÓRIA DE VIDA DO ILUSTRADO ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA MACHADO E SILVA (1790-1823)

Alex Gonçalves Varela (UERJ)

Resumo:

O estudo busca explorar a faceta menos conhecida do personagem Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva: o seu perfil de estudioso das ciências naturais. Contudo, a análise não deixa de mencionar os interesses políticos em sua trajetória de vida, uma vez que consideramos que os estudos científicos e os cargos públicos são indissociáveis ao longo de toda a sua carreira. Esta característica foi uma das marcas da ilustração setecentista. Destacaremos alguns momentos da trajetória de vida do ilustrado como a atuação na tipografia do Arco do Cego, onde traduziu importantes obras científicas, bem como a sua atuação enquanto político, quando presidiu os trabalhos da Assembléia Constituinte para elaboração da primeira Constituição do Brasil.

Palavras-chave: História Política; História Política no Império do Brasil; Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

Abstract:

The article explores the unknown facet of the character Jose Bonifacio de Andrada e Silva: your profile studies of natural sciences. However, the analysis does not cease to mention the political interests in their path of life, since we consider that the scientific studies and public office are inseparable on throughout his career. This feature was one of the brands of men's Enlightenment eighteenth. We will highlight some moments of the life trajectory of the character as acting in typography Arco do Cego, where he translated important scientific works as well as his performance as a politician, when presided over the work of the Constituent Assembly for drafting the first Constitution of Brazil.

Key-words: Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva; political history; political history in the Brazilian Empire.



Temos como objetivo analisar a trajetória de vida do letrado Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado, por meio dos seus textos científicos e políticos, e a sua relação com a cultura política ilustrada, típica do século XVIII.¹

O propósito em manter o envolvimento com estudos acerca da cultura política ilustrada encontra no perfil de naturalista e de político do mencionado personagem perspectivas amplas de trabalho.

Em primeiro lugar porque dos três Andradas, Antonio Carlos foi o que menos recebeu atenção por parte da historiografia. Como argumentaremos nos parágrafos subsequentes José Bonifácio tem merecido uma atenção especial, e Martim Francisco vem recebendo um tratamento considerável por parte dos historiadores. Por sua vez, a trajetória de Antonio Carlos ainda permanece um tanto ou quanto nebulosa.

Ainda falta um estudo denso, aprofundado e de pesquisa arquivística a ser realizado sobre o personagem referido. E, para suprir essa lacuna propomos então o projeto de pesquisa em tela, que visa recuperar a trajetória de Antonio Carlos como um ilustrado, e analisando o perfil de naturalista e de político de forma associada. Os dois perfis não se excluem em sua trajetória; pelo contrário, eles se complementam.

Recuperar a trajetória de vida do ilustrado Antonio Carlos não dissociando o seu perfil de naturalista e político é o objetivo principal deste estudo. Os textos científicos e políticos do personagem mencionado são valiosos e constituem-se como fontes importantes para a história da cultura política iluminista no âmbito do Império Português. Dentre esses textos, aparecem as traduções produzidas por Antonio Carlos na Tipografia do Arco do Cego, memórias científicas, artigos publicados em diversos periódicos científicos, relatórios dos seus cargos jurídicos, textos políticos, os artigos publicados no jornal *O Tamoio*, debates no parlamento, entre outros. Portanto, uma

¹Optei por usar o termo *naturalista* para caracterizar o personagem a ser estudado, uma vez que não havia sido empregado ainda o termo cientista nesta época. O termo cientista foi usado pela primeira vez em 1833 quando William Whewell o aplicou em uma reunião da Associação Britânica para o Avanço da Ciência para referir-se às pessoas que ali se faziam presentes. Ver: BARNES (1987).



profunda pesquisa sobre a atividade científica e política do ilustrado torna-se necessária para preencher a lacuna deixada pela historiografia.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva² nasceu em Santos em 1773, sendo filho de Maria Bárbara da Silva e Bonifácio José de Andrada. Seu pai era um alto funcionário da Coroa portuguesa, embora também tivesse outras atividades como o comércio, e possuía a segunda maior fortuna de Santos. Tinha outros irmãos, dentre os quais se destacaram as figuras de Martim Francisco e José Bonifácio.

Quanto à instrução primária, Antônio Carlos a recebeu da própria família, destacando-se nessa tarefa os seus tios padres, uma vez que as escolas primárias de Santos não tinham um ensino de tão boa qualidade. Depois foi para São Paulo onde frequentou aulas de gramática, retórica e filosofia no ensino preparatório para os estudos superiores.

Como todo e qualquer membro da elite colonial que desejava realizar um curso superior, uma vez que por aqui não havia instituições universitárias, Antonio Carlos viajou para a metrópole com o intuito de se matricular na Universidade de Coimbra. A chegada a Portugal coincidiu com o período de “abertura” às novas idéias em razão das iniciativas do Marquês de Pombal. Ele partiu para a metrópole no início de 1790, matriculando-se nos cursos de Leis e Filosofia Natural. Nesse espaço, Antonio Carlos, membro da elite colonial, juntou-se às elites cultas da metrópole que também ali estudavam.³ (SILVA, 1999).

Na Faculdade de Filosofia ganhou destaque a Cadeira de História Natural, lecionada pelo paduano Domenico Vandelli, que ensinava tendo como base os “livros de Linneu (Carl Von Linné)”. (FIGUEIRÔA, 1997)

²As informações biográficas sobre Antonio Carlos estão baseadas nas obras de SOUSA (1922). Quando se utilizar dados biográficos não presentes nessa obra serão indicadas as referências.

³Antonio Carlos comporia, no período da Independência, aquilo que NEVES (2003) chamou de “elite coimbrã”, a facção mais conservadora da elite brasileira, que partilhava da idéia de um grande Império Luso-americano, característico da geração de 1790, da qual fazia parte.



Ao contrário de seu irmão José Bonifácio que após o término dos estudos em Coimbra ingressou como sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, centro aglutinador do ideário reformista do governo de D. Maria I⁴, Antonio Carlos não conseguiu se tornar sócio da referida instituição. Ressalta-se que a Academia foi o *locus* de gestão da política colonial voltada para a exploração do mundo natural. (MUNTEAL FILHO, 1998) Domenico Vandelli⁵ defendia que deveria ser realizado um profundo inventário da natureza nas colônias, natureza esta que seria estudada nos estabelecimentos científicos, como os Jardins Botânicos, Museus de História Natural, entre outros, por meio dos métodos de classificação e dissecação. Ele teve uma atuação fundamental para a criação do “complexo museológico da Ajuda”, na expressão de BRIGOLA (2003), que centralizava o vasto projeto de se produzir uma ‘ história natural das colônias ’.

Por outro lado, o conhecimento da natureza estava diretamente relacionado à política fomentista do governo mariano e joanino, uma vez que se acreditava que as produções naturais da colônia ajudariam na recuperação econômica do Reino e valorizava-se a agricultura, baseada nas práticas científicas de orientação pragmática, que viam na natureza tropical uma fonte geradora de riqueza. A natureza colonial, portanto, deveria ser cientificamente conhecida e explorada, pois contribuiria para a modernização portuguesa.

Antonio Carlos não integrou os quadros da referida instituição. Ele, juntamente com o seu irmão Martim Francisco, ingressaram na Tipografia do Arco do Cego.

A Tipografia foi criada no ano de 1799 pelo ministro de Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e tinha como colaborador principal o naturalista Frei José Mariano da

⁴ O ápice da Ilustração portuguesa ocorreu no momento em que assumiu o trono D. Maria I, dando início ao que se convencionou chamar de “viradeira”. Esse período caracterizou-se pelo reforço das práticas Ilustradas de caráter pragmático-científico, que já vinham sendo fomentadas desde o período do consulado pombalino, durante o reinado anterior de D. José I. Ver: NOVAIS (1995) e FALCON (1989).

⁵ O paduano Domenico Vandelli, no âmbito da Academia, adotou o ecletismo do reformismo Ilustrado, pelo qual se posicionou em favor de algumas idéias do mercantilismo, adotando tanto os princípios fisiocráticos italianos e franceses, bem como os princípios da economia clássica inglesa. (NOVAIS, 1984)



Conceição Veloso, um homem preocupado com a divulgação de conhecimentos práticos e úteis. (NUNES & BRIGOLA, 1999) Ressalta-se que a Tipografia converteu-se numa espécie de “sociabilidade tipográfica de pendor brasileiro”, pois grande era o número de “portugueses naturais do Brasil” que ali gravitavam em torno de Frei Veloso. Um deles foi Antonio Carlos que se destacou como um dos tradutores de obras que pudessem difundir o conhecimento útil, principalmente obras que tratavam sobre a agricultura e seus diferentes manejos em diferentes culturas e nações. O intuito de traduzir e publicar tais estudos insere-se no esforço de regeneração do Império Português e, por conseguinte, um melhor aproveitamento de suas posses, ou seja, suas colônias. (VARELA, 2009; 2006)

Dentre as obras traduzidas por Antonio Carlos encontram-se:

Tradução: Cultura Americana (1799- Vol. 2)

Tradução: Propostas Para Formar por Subscrição na Metrópole do Império Britânico uma Instituição Pública Traduzida do Inglês (1799)

Tradução: Considerações Cândidas e Imparciais Sobre a Natureza do Comércio do Açúcar, e Importância Comparativa das Ilhas Britânicas, e Francesas das Índias Ocidentais, nas Quais se Estabelece Valor, e Consequências das Ilhas de Santa Luzia, e Granada (1800).

Tradução: Tratado do Melhoramento da Navegação por Canais por Roberto Fulton (1800).

Ressalta-se que a criação e organização da Tipografia integravam o programa reformista político-científico elaborado por D. Rodrigo que visava arregimentar os estudiosos portugueses, nascidos ou não na metrópole, com o intuito de ajudar a promover a modernização do Império. (CARDOSO, 2001; DIAS, 1968; LYRA, 1994) Não foi por acaso que a maioria desses ilustrados coloniais, entre os quais o naturalista Antonio Carlos, pertencia ao grupo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro do regente Dom João desde 1796, que defendia a fundação de um Império luso-americano,



com sede em sua porção mais rica, o Brasil, como solução para a crise que se abatia sobre o Reino.

A formação científica em Coimbra e sua complementação com o “estágio” na Tipografia do Arco do Cego credenciaram a inserção de Antonio Carlos e Martim Francisco no âmbito da “elite do conhecimento” interessada no estudo da natureza e do homem, em função do programa reformista de exploração científica, sistemática e metodológica da natureza do Reino e das colônias, relacionando com aspectos geográficos. (DOMINGUES, 1991) Os dois estudiosos foram arregimentados por D. Rodrigo de Souza Coutinho⁶, ministro da Marinha e do Ultramar, para assumir postos importantes no âmbito da administração central do Império Português, visando à aplicação firme e eficiente da sua política reformista. A associação entre os “homens da política” e os “homens de ciência” estava estabelecida, ou melhor, entre aqueles que produziam o conhecimento científico e os que eram capazes de arregimentar apoio e recursos financeiros necessário ao desenvolvimento das ciências. (MUNTEAL FILHO, 1998)

No ano de 1800, Antonio Carlos e seu irmão Martim Francisco já tinham retornado ao Brasil. Jose Bonifácio ainda ficaria por lá até o ano de 1819. Martim foi para Capitania de São Paulo, onde exerceu o cargo de Diretor Geral das Minas de Ouro, Prata e Ferro da referida localidade. Por sua vez, Antonio Carlos passou a se dedicar única e exclusivamente a cargos públicos, especialmente a carreira da magistratura propriamente dita (juiz de fora, ouvidor, desembargador). Primeiro como juiz de fora em Santos, depois ouvidor e corregedor em Olinda e Desembargador na Bahia. Por sua vez, no ano de 1811 foi nomeado Ouvidor da Comarca de São Paulo, substituindo o Desembargador Dr. Miguel Antonio de Azevedo Veiga.

Conforme salientou SILVA (2005, p. 228), aqueles indivíduos que terminavam os estudos na Universidade de Coimbra, nas faculdades de Leis ou Cânones,

⁶D. Rodrigo era o líder dos chamados ilustrados esclarecidos, que concebiam o mundo como um espaço para a atuação da razão e da vontade daqueles dotados das verdadeiras Luzes, de modo a transformá-lo, à medida das necessidades e conveniências dos homens. (NEVES, 2007).



solicitavam a “leitura”, a qual lhes abria o acesso à carreira, ou seja, concorrerem aos “lugares de letras”. Entre 1750 e 1808, foram 3882 bacharéis que se candidataram, mas só 2165 efetivamente passaram nas habilitações. Destes, os que foram providos a juízes de fora, o primeiro cargo relevante na magistratura da colônia, foram 558, os ouvidores 43, e os desembargadores 31. Antonio Carlos foi um destes juízes letrados saídos da Universidade de Coimbra que foi nomeado para cargos da magistratura na colônia.

Portanto, a trajetória de vida de Antonio Carlos nos revela que ele era um homem de destaque no âmbito daquela sociedade. Isso porque vivia praticamente às custas do monarca, e quanto maior era essa dependência, maior era o prestígio do beneficiário. O privilégio significava a proximidade com o monarca, a participação em sua vida e o recebimento de pensões. Além disso, diferenciava-o dos não privilegiados, ou seja, dos homens livres e pobres da sociedade colonial, de quem importava guardar distância e esperar subordinação.

O prestígio de sua família era tamanho que num determinado momento ele e seu irmão Martim Francisco entraram em atrito com o governador da Capitania, Antonio José da Franca e Horta. O governador se sentia incomodado com o prestígio dos irmãos Andradas na região, e passou a fazer-lhes inúmeras retaliações. A situação ficou bastante séria a ponto de Antonio Carlos e Martim Francisco ter que redigir uma carta a José Bonifácio solicitando que o mesmo intervisse no conflito, bem como Dona Maria Barbosa da Silva, mãe dos Andradas, elaborar um requerimento solicitando o afastamento do governador e capitão-geral da Capitania de São Paulo. (VARELA, 2009)

No ano de 1815, Antonio Carlos foi transferido para Pernambuco, onde passou a exercer o cargo de Ouvidor. Ao contrário dos setores econômicos do Centro-Sul que tiravam proveito das alterações promovidas na configuração do Império Português, em que o Rio de Janeiro passou a ser a sua sede, a situação em Pernambuco oferecia um exemplo distinto. Produtoras de importantes gêneros de exportação como açúcar e algodão, as capitanias do nordeste luso-americano ainda observavam muitas práticas mercantis de caráter monopolista. Ao mesmo tempo, pesados impostos recaíam, em



Pernambuco, não só sobre os gêneros exportáveis, mas especialmente sobre aqueles de consumo interno, como alimentos. A isto se acrescenta uma baixa nos preços de seus principais produtos iniciada no ano de 1812. O resultado foi uma insatisfação com o governo do Rio de Janeiro entre setores mercantis e agrários de Pernambuco e capitanias adjacentes.

Questionando a excessiva e indevida centralização do governo das capitanias do Brasil nas mãos do Rio de Janeiro, irrompeu em Pernambuco o movimento sedicioso chamado de Revolução Pernambucana de 1817. (MOTA, 1972) Antonio Carlos acabou envolvido no mencionado movimento. Esta participação do personagem ainda merece ser melhor elucidada. Como um homem que vivia das benesses oferecidas pelo monarca, que desfrutava das regalias daquele sistema, poderia se envolver num movimento oposicionista ao governo, cuja sede estava localizada no Rio de Janeiro? Ainda mais que os Andradas eram defensores fervorosos da manutenção da união entre Brasil e Portugal, ou melhor, do Império luso-brasileiro. E, Antonio Carlos ocupava um cargo de confiança do monarca na região. Assim faz-se necessário compreender melhor os motivos que levaram o personagem a se imiscuir no movimento sedicioso.

O governo da Corte agiu de forma dura e violenta contra os integrantes do movimento, promovendo uma intensa repressão. Centenas de homens foram presos e condenados. Inclusive Antônio Carlos que esteve no cárcere por quatro anos por causa de sua participação neste movimento revolucionário.

No ano de 1820 iniciou-se na cidade do Porto o chamado Movimento Constitucional do Porto, também conhecido Movimento Vintista. Sua proposta era de uma regeneração política, que previa “uma reforma de abusos e uma nova ordem de coisas”, substituindo as práticas do Antigo Regime pelas do liberalismo. Desse modo, evitaram-se, na expressão de época, os perigosos tumultos filhos da anarquia, típicos de uma revolução, como convinha a uma conjuntura dominada pela política conservadora da Santa Aliança. Exigiam-se a convocação de corte, agora não mais consultivas, mas deliberativas, para a elaboração de uma Constituição, o retorno do soberano e o restabelecimento do lugar que Portugal julgava merecer no interior do Império.



Movimento que colocou em xeque a legitimidade do sistema político absolutista ao submeter o rei às Cortes convocadas para a elaboração de novas leis que deveriam reger a nação portuguesa.

Como argumentou NEVES (2003, pp. 237-8), os insurgentes do Porto, eram em sua maioria militares, comerciantes e magistrados, cujo projeto não ostentava caráter propriamente revolucionário. Desejavam o regresso do monarca e o fim da tutela inglesa. Pregavam a “liberdade dirigida pelas leis” e “uma reforma guiada pela razão e pela justiça e não por tumultos”, propondo a organização de um governo provisório que convocasse as Cortes para a elaboração de uma Constituição capaz de assegurar os direitos dos portugueses. E concluíam dando vivas ao rei, à religião católica, às Cortes e à Constituição. Assim, seguindo os argumentos da referida historiadora, “os corifeus do movimento constitucional pretendiam definir as regras do jogo político no contexto das ideias liberais, colocando abaixo o edifício do Antigo Regime, mas numa linha de continuidade e não de ruptura total com as instituições tradicionais do Reino. Não se pretendia levar avante um processo revolucionário que poderia trazer à cena as camadas populares”. (p.238)

As notícias da Regeneração Política do Vintismo ocorrida em Portugal não tardaram em chegar por aqui. A adesão ao Vintismo impôs uma primeira mudança na administração do Reino do Brasil, com a elevação das capitanias brasileiras à condição de províncias, dotadas de autonomia para elegerem seus representantes, desde que declarada sua adesão às Cortes Gerais (BERBEL, 1999, p. 230-4). Em 1º de janeiro o Pará anunciou sua adesão, seguido pela Bahia, em 10 de fevereiro, acompanhadas pelas províncias do Piauí, Maranhão e Pernambuco. A filiação das províncias brasileiras ao Vintismo se deu de forma diferenciada, sendo fortemente influenciada pelas relações que cada uma delas mantinha com Portugal e com o governo instalado no Rio de Janeiro. Com o apoio das Cortes, foram instaladas juntas de governo no Pará e na Bahia, legitimadas pelo constitucionalismo português e desvinculadas do centro político-administrativo representado pela presença da Corte no Rio de Janeiro.



No Rio de Janeiro, a Corte tomou conhecimento do movimento constitucionalista do Porto em outubro de 1820, mas só reagiu oficialmente em 26 de fevereiro de 1821. Diante da situação inusitada, a Corte hesitou, dividida entre as tendências opostas de dois ministros, o conde de Palmela e Tomás Antonio Vilanova Portugal. O primeiro preconizava regresso de D. João VI a Lisboa para conter os excessos de da revolução, ainda que correndo o risco de emprestar legitimidade aos revoltosos; o segundo preferia a permanência da Corte no Brasil, com o risco de perder o trono dos Bragança na Europa, a fim de evitar o contágio das ideais mais radicais e preservar na América a essência do Antigo Regime. Um decreto datado de 18 de fevereiro, mas publicado a 23 (vinte e três), determinava o envio de Dom Pedro a Portugal e reconhecia que a futura Constituição não podia ser “igualmente adaptável e conveniente, em todos os seus artigos e pontos essenciais, à povoação, localidade e mais circunstâncias tão ponderosas como atendíveis deste Reino do Brasil”. (Apud CARVALHO et al., 2012, p. 17) Outro decreto da mesma data convocava os procuradores das câmaras das cidades e das principais vilas do Brasil a formarem uma junta de Cortes, com o objetivo de examinar as leis constitucionais discutidas nas Cortes de Lisboa. Tais decretos acirraram ainda mais os ânimos dos portugueses residentes no Brasil e geraram novos descontentamentos, pois sugeriam que a Constituição deixava de ser obra da nação para se tornar dádiva do soberano.

As tropas da Divisão Auxiliadora portuguesa, com o apoio da opinião pública, reuniram-se no Rossio, dando início ao movimento constitucional no Rio de Janeiro. Representando o Rei, d. Pedro compareceu ao Rossio e agiu com habilidade. Acatou parte das exigências, e, sobretudo, afirmou o direito do monarca de aprovar ou não os atos das Cortes, assegurando, assim, a partilha da soberania entre estas e o rei, mantendo desse modo um arranjo político muito próximo ao do Antigo Regime. Marcava-se, dessa forma, o teor moderado do movimento, que aceitava as Cortes desde que se preservassem a monarquia e a religião católica. (Idem. Ibidem, p. 18)

No rastro da agitação política, d. João VI decidiu partir para Portugal em sete de março de 1821, deixando d. Pedro no Brasil como príncipe regente. Determinou ainda a eleição dos deputados brasileiros para o Congresso de Lisboa. Quando as cortes



exigiram também o retorno do Príncipe Regente a Portugal, este preferiu em optar por aqui ficar, por construir no Brasil uma monarquia mais próxima das suas concepções.

Em diversas províncias brasileiras foram formados governos provisórios ou juntas governativas. Em São Paulo formou-se uma junta governativa na qual José Bonifácio foi escolhido vice-presidente, e Martim Francisco o secretário da mesma. Bonifácio foi o responsável por elaborar o texto *Lembranças e Apontamentos do Governo Provisório para os Senhores Deputados da Província de São Paulo (1821)*, que orientaria os deputados paulistas nos trabalhos das Cortes. A bancada paulista era composta por seis deputados, dentre os quais se destacava Antonio Carlos. Longe de revelar intenção separatista, o texto aceitava o princípio da integridade e indissolubilidade do Reino Unido de Portugal e do Brasil, assegurada a igualdade de representação nas Cortes Gerais e Ordinárias. Tratava de ressaltar princípios liberais, procurando preservar as vantagens conquistadas pelo “Reino do Brasil” desde 1808, em particular a autonomia administrativa. (DOLHNIKOFF, 2005)

A posição ocupada por Antonio Carlos nas Cortes portuguesas estava em consonância aos interesses da “elite coimbrã” da qual fazia parte, para a qual o constitucionalismo não deveria abalar a integridade do Império luso-americano. Deveria ser mantida a unidade estabelecida através do Reino Unido, e, portanto, colocando-se em posição contrária à supremacia europeia como defendiam os deputados portugueses nas Cortes, e, principalmente, no fim de uma sede governamental na América. (NEVES, 2003; 2011)

Antônio Carlos recusou a constituição portuguesa, e regressou ao Brasil no momento em que o processo de emancipação política começava a se desenhar.

Realizada a Independência política, o Império luso-americano se transformou no Império do Brasil. E, Antonio Carlos foi figura de grande importância para a implementação e consolidação da Assembléia Nacional Constituinte de 1823. Porém, tal processo constitucional não logrou êxito, pois se apresentou muito próximo às idéias



liberais, o que não era visto com bons olhos pelo Imperador Pedro I, fato que levou à dissolução da Assembléia.

Para difundir e levar adiante suas posições políticas, Antonio Carlos, juntamente com Bonifácio e Martim Francisco, criaram o periódico *O Tamoio* (1823). Este foi um espaço de oposição dos irmãos Andradas em relação ao governo de D. Pedro I.

Antonio Carlos retornou ao Brasil em 1828. No ano de 1832 foi nomeado ministro plenipotenciário do Brasil em Londres, porém recusou o cargo. Retornou à Europa em 1833.

Após voltar ao Brasil, em 1838, foi eleito deputado geral por São Paulo, para a legislatura de 1838-1842. Nesta época liderou o "movimento da maioria" de D. Pedro II; em 21 de julho de 1840 apresentou na Câmara projeto declarando o Imperador "maior desde já", o que desencadeou a crise política e o "golpe da maioria", do que resulta a entronização do Imperador em 23 de julho, fato que pôs fim ao período regencial.

Foi o Ministro do Império (primeiro-ministro) no chamado ministério da maioria (1840), e foi reeleito deputado geral em outras legislaturas. Foi agraciado com a grã-cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro, recebendo assim um título de nobreza pelos inúmeros serviços prestados durante toda a sua trajetória de vida ao Império luso-americano, e, depois, Império do Brasil.

A vida política de Antonio Carlos prosseguiu até o ano de 1845, ano de sua morte, quando ocupava o cargo de Senador pela província de Pernambuco.

O personagem estudado revela a riqueza do pensamento ilustrado no Brasil da virada do século XVIII para o XIX. Em sua respectiva trajetória de vida, a ciência e a política sempre caminharam lado a lado. Em primeiro lugar, porque estava engajado no projeto político de modernização do Império português em encabeçado por D. Rodrigo. Antonio Carlos participou do projeto editorial da Casa Tipográfica do Arco do Cego realizando traduções de importantes obras científicas. Em segundo lugar, ao ser



chamado para atuar como ministro e parlamentar, juntamente com seus dois irmãos José Bonifácio e Martim Francisco, eles passaram a formular os projetos políticos para a jovem nação brasileira e os meios possíveis para inseri-la no concerto das nações civilizadas. Do Império Luso-Americano ao Império do Brasil, foi um homem extremamente atualizado com o pensamento europeu e buscou aplicar e experimentar novos conhecimentos à sua comunidade local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARNES, B. *Sobre ciência*. Barcelona: Ed. Labor, 1987.

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes de Portuguesas, 1821-1822*. São Paulo: HUCITEC; FAPESP, 1999.

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CARDOSO, José Luís. Nas malhas do Império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: CARDOSO, José Luis (Org.). *A economia política e os dilemas do Império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

CARVALHO, José Murilo de (Org.); NEVES, Lúcia M. Bastos P. (Org.); Basile, Marcello (Org.). *Às armas cidadãos! Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/ Editora UFMG, 2012.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 278, janeiro-março, de 1968.

DOLHNIKOFF, Miriam. São Paulo na Independência. In: JANCSÒ, I. (Org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: FAPESP; ED. HUCITEC, 2005.

DOMINGUES, Ângela. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do*



século XVIII: política, ciência e aventura. Lisboa, 1991.

FALCON, Francisco J. C.. Da Ilustração à revolução - Percursos ao Longo do Espaço - Tempo Setecentista. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan. - jun., 1989.

FIGUEIRÔA, Silvia. *Ciência na Busca do Eldorado: A Institucionalização das Ciências Geológicas no Brasil, 1808-1907*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil: Bastidores da Política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do antigo sistema colonial (1779-1808)*. Rio de Janeiro: PUC-Rio (Departamento de História - Dissertação de Mestrado), 1993.

_____. *Uma sinfonia para o novo mundo: a Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial*. Rio de Janeiro: IFCS-Departamento de História da UFRJ (Tese de Doutorado), 1998.

MOTA, Carlos Guilherme da. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003.

_____. A vida política. In: Silva. Alberto da Costa e. (Org.). *Crise Colonial e Independência, 1808-1830*. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundación Mapfre, 2011, v. 1, p. 75-113.

NEVES, Guilherme Pereira das. Em busca de um ilustrado: Miguel Antônio de Melo (1766-1836). *Revista Convergência Lusíada*. Real Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro, n.24, segundo semestre 2007.

NOVAIS, Fernando A. O Reformismo Ilustrado Luso-Brasileiro: Alguns Aspectos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 7, 1984.



_____. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. 6ª Ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

NUNES, Fátima & BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) – Um frade no universo da natureza. IN: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de et alli. (org.) *A casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) – Bicentenário: “Sem livro não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda-Biblioteca Nacional, 1999.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

_____. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

SOUSA, Alberto. *Os Andradas (3 vols.)*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1922.

VARELA, Alex Gonçalves. “*Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português*”: análise das memórias científicas do Ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819). São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *Atividades científicas na “bela e bárbara” Capitania de São Paulo (1796-1823)*. São Paulo: Annablume, 2009.